

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15767 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 24 - GE Educação e Povos Indígenas

PRESENÇA INDÍGENA NA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL DO BRASIL

Patricia Oliveira Brito - PPGEDU/UFRGS

PRESENÇA INDÍGENA NA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL DO BRASIL

Resumo: A presença indígena na pós-graduação é fenômeno recente nas IES do país e ainda são poucas as informações que possibilitam compreendê-la. Este trabalho apresenta uma pesquisa em andamento que aborda a presença indígena na pós-graduação *stricto sensu* em Educação nas instituições públicas e gratuitas da região sul do Brasil entre os anos de 2011 a 2023. Nos aproximando de uma perspectiva e afirmando a crença em uma filosofia ameríndia, almejamos compreender as pesquisas indígenas realizadas nestes espaços, quais contribuições, sentidos e diálogos esses estudos têm trazido para o campo acadêmico. Consideramos a interculturalidade crítica como balizador para analisar o encontro dos conhecimentos próprios dos povos indígenas e os conhecimentos eurocentrados que ainda são preponderantemente valorizados pela academia. Inicialmente localizamos os programas, as teses e dissertações realizadas, bem como, a presença de pesquisadores indígenas, dados que compõem este estudo. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, cujos dados já sistematizados apontam que são poucos os programas em Educação que abrigam e formaram indígenas doutores e mestres, conquanto esta presença é uma importante estratégia de enfrentamento das diferentes formas de racismo e privilégios da branquitude, especialmente o que tenta apagar as epistemologias insurgentes, no caso em tela, as indígenas.

Palavras-chave: indígenas pesquisadores; pós-graduação em Educação; presença indígena na pós-graduação

A presença indígena na pós-graduação, na condição de sujeitos autores das pesquisas é fenômeno de pouca data nas Instituições de Ensino Superior do país. Historicamente, essa presença esteve predominantemente relacionada à mera condição de informantes, objetos das pesquisas. As metodologias, análises e interpretações dos estudos, não raro, produziam e reproduziam conclusões incompletas, equivocadas, injustas e colonizadoras, sendo que o espaço da pesquisa acadêmica é um local de produção dessas ditas “verdades”, embora em disputa. Estas “verdades” têm sido apresentadas desde uma perspectiva monossêmica, contadas pelas vozes que impõem diferentes colonialidades, sejam elas epistemêmicas, do poder ou da própria existência, contadas desde Europa e nos moldes hegemônicos da modernidade ocidental, em que não há abrigo para a pluralidade de saberes e modos distintos de construí-los. Portanto, este espaço acadêmico carece de ser retomado, repovoado com novas e diferentes formas e concepções de conhecimento, que não esteja apenas a serviço do capital, mas sim da própria existência do e no planeta. Os povos indígenas têm filosofias próprias, baseadas em um pensamento seminal, que considera os silêncios, os rituais, a intuição como fontes de saber; que se coloca numa perspectiva dialógica, situação possível de

compreender em suas pesquisas acadêmicas. Acolhendo a ciência indígena como conhecimento válido e necessário, tomamos a postura decolonial para conduzir o estudo, com a disposição de enfrentar as estruturas coloniais, racializadas e hierarquizadas. Propondo o diálogo entre saberes e existências, consideramos a interculturalidade como uma utopia realizável, desde a noção de equidade (SARANGO 2015) e da criticidade, concebida como “proyecto político-social-epistémico-ético y como pedagogía de-colonial, dando pistas para una praxis distinta” (WALSH, 2009, p.76).

Na perspectiva de propor rachaduras que desacomodem essa concepção e construção de conhecimento predominante na academia é que se pauta nossa pesquisa. O estudo focaliza as pesquisas indígenas, *stricto sensu*, realizadas nos programas de pós-graduação em Educação da região Sul do país, entre os anos de 2011 e 2023. Nossa intencionalidade é compreender como a produção de conhecimento dos pesquisadores indígenas na área da Educação se apresentam como emergência de novas perspectivas epistemológicas e diálogos interculturais. Assumimos uma postura teórico, metodológica, ética e política que se situa em proximidade com o pensamento e a prática decolonial e a interculturalidade crítica.

O trabalho considera dois objetivos específicos: localizar as teses e dissertações, seus títulos e autorias, identificando a relação entre presença indígena e Ações afirmativas (AA) para ingresso nos respectivos programas e, na continuidade, refletir como o conhecimento indígena tem se apresentado e quais repercussões têm provocado ao modelo acadêmico construído pela modernidade.

Trata-se de uma pesquisa documental, via acesso às legislações das AA neste nível de ensino; dados localizados em órgãos como CAPES, IBGE, INEP, SEMESP, Painel Lattes, por exemplo, em sites das Instituições de Ensino Superior, especialmente dos PPG, bem como as referências bibliográficas, em que as próprias teses e dissertações são nossas fontes. Também foram enviados questionários às instituições pelo portal da transparência e realizado contatos por correio eletrônico e telefônicos, contudo, nem todas forneceram respostas.

Dados do Painel Lattes de Formação e Atuação de 2024, revelam que entre os anos de 2011 e 2023 a presença indígena na pós-graduação *stricto sensu* no Brasil foi de 73 para 272, considerando todas as áreas do conhecimento. Em Educação, uma das que mais formou doutores e mestres indígenas, o aumento nacional foi de 33,33%, saindo de 8 para 37. Acreditamos que tais números tendem a aumentar devido a dois fatores que se complementam: a consolidação da presença indígena na graduação e a luta por política de AA na pós-graduação.

O estudo localizou na região Sul do país 24 IES públicas e gratuitas, entre federais, estaduais e institutos federais (9 no RS; 4 em SC; 11 no PR). Até 2023, 22 delas já aplicavam AA nos PPG *stricto sensu*, seja institucionalmente (15) ou em apenas alguns programas (7). Uma instituição estadual em SC ainda não aderiu de nenhuma forma e uma federal no RS só aderiu em abril de 2024, com AA em todos os cursos. Nas normativas de todas as instituições

localizadas os povos indígenas são contemplados. Contudo, duas delas não têm PPG em educação (RS e PR). Ainda assim, são 24 os PPG encontrados para nosso estudo, pois há dois IF que oferecem esta modalidade em dois polos distintos. Dados levantados até 2023 evidenciam que, a despeito da maioria dos PPG em Educação ter aderido às AA até 2021, não se verifica uma efetiva ocupação indígena em seus cursos de mestrado e doutorado. A pesquisa localizou apenas seis programas em educação que registram a presença indígena (um no RS, um em SC ambos federais e quatro estaduais, no PR). Neste número está compreendida a única instituição que não oferece cotas, o discente aí vinculado ingressou pelo acesso universal e sua pesquisa não se relaciona com a temática indígena. Quanto à conferência de títulos de doutores e mestres temos apenas quatro programas, destes, apenas um formou doutores. Em relação aos trabalhos, entre 2011 e 2023 encontramos um total de 16 dissertações e 2 teses. Mesmo não incluído na pesquisa, informamos que em 2024 mais uma tese foi defendida. Destacamos ainda que um dos programas abriga quase a totalidade das teses e dissertações indígenas, concentrando 11 trabalhos, incluindo as duas teses.

Tabela 1: Presença indígena nos PPG em Educação na Região Sul (2011 – 2023)

Local	Mestrado cursando	Mestrado concluído	Doutorado cursando	Doutorado concluído
PR	05	06	-	-
SC	03	01	-	-
RS	01	09	03	02

Fonte: dados sistematizados nesta pesquisa

Sobre as temáticas abordadas nas pesquisas indígenas já localizadas, quase que a sua totalidade é sobre educação escolar na concepção própria de cada povo, o que nos faz pensar que esse debate ainda é necessário no contexto indígena. O Censo IBGE 2022 aponta o menor percentual de indígenas na região Sul: 5,20% do total de 1.693.535 da população indígena do país, com 88.097 pessoas Charrua, Guarani, Xokleng e Kaingang, (36.096 no RS; 30.460 no PR e 21.541 em SC). Dos 17 trabalhos já produzidos nos PPG em Educação, o povo Kaingang, mais numeroso na região, realizou 11 dissertações e 2 teses; os Guarani, 2 dissertações; e os Xokleng, 1 dissertação. Apenas 1 dissertação é realizado por indígena de outra região do país. Destacamos que esses números expressam processos sócio histórico de lutas e resistências de cada povo e suas concepções acerca das demandas por educação.

Com esse prévio estudo, concluímos que, conquanto podemos comemorar a grande incidência das Ações Afirmativas nos PPG em Educação da região Sul do Brasil, ainda temos um longo caminho de lutas ao lado dos povos indígenas pela efetivação de suas presenças nesse espaço de poder. Acreditamos que a ocupação dos PPGs em Educação por corpos-territórios, por saberes, por conhecimentos e metodologias indígenas tem a potência de colocar em xeque processos de produção de conhecimentos uníssomos, colonizados e colonizadores ainda presentes nas IES. Práticas orquestradas pela branquitude, ainda predominantes, refletem o racismo epistêmico, que nega saberes populares, de África, dos povos indígenas. As presenças, ainda que singelas, trazem a esperança da equidade e da

interculturalidade com bases críticas, como utopia possível.

Referências

SARANGO, Luís Fernando. Pluriversidad, Interculturalidad y Acceso a la Universidad. In: Revista Digital de la Pluriversidad Amawtay Wasi. nº 6, 2015, p. 11-21

WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y educación intercultural. In: Seminário “Interculturalidade y Educación Intercultural”. La Paz, 2009, p. 1-18.

<http://bi.cnpq.br/painel/formacao-atuacao-lattes/>

Instituto Semesp – Mapa do Ensino Superior- 13ª edição.
<https://www.semesp.org.br/mapa/edicao-13/> . Visto em 15/11/2023

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>

<https://www.gov.br/capes/pt-br>